



**XVII Jornadas Internacionais
Grandes Problemáticas do
Espaço Europeu**

**25 a 28 de maio de 2023
FLUP**

LIVRO DE RESUMOS / BOOK OF ABSTRACTS

Título: *XVII Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Livro de Resumos das Jornadas*

Coordenadora Editorial: Helena Pina

Composição: Helena Pina, Ana Isabel Boura, André Samora-Arvela, António Barros Cardoso, Conceição Ramos, Diogo M. Pinto, Fantina Tedim, Felisbela Martins, Jorge Ribeiro, José Luís Braga, Leandro Dias Oliveira, Livia Madureira, Maria José Roxo, Marta Nestor, Paula Remoaldo.

Primeira Edição: Maio de 2023

ISBN: 978-989-9082-71-7

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

No entanto, no caso português têm-se verificado dificuldades em articular as políticas de ordenamento do território e as de gestão integrada de fogos rurais, apesar do esforço envidado pelo atual Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). Neste sentido, de forma a contribuir, consubstancialmente, para suprir as necessidades de alinhamento entre o ordenamento do território e a gestão integrada de fogos rurais, o presente estudo intenta identificar e comparar as melhores práticas de articulação entre estas duas esferas em todo o mundo como roteiro de benchmarking em planeamento.

Neste sentido, González-Mathiesen et al. (2021) postulam que seis grandes desafios se podem levantar à integração entre as políticas de ordenamento do território e de gestão de incêndios rurais, nomeadamente: i) reconhecer que as políticas destas duas esferas têm, muitas vezes, origens independentes; ii) desenvolver uma base comum e transversal de conhecimento entre as duas esferas; iii) incluir as considerações concernentes à redução do risco de incêndio no sistema de planeamento e ordenamento do território; iv) criar estruturas institucionais nacionais que implementem a integração entre os dois âmbitos e possibilitem o diálogo entre os seus diversos interlocutores; v) alinhar a governança destes dois âmbitos dentro e entre instituições; vi) assumir que as dinâmicas destes dois âmbitos têm diferentes escalas espaciais e temporais.

Recorrendo, assim, a vários casos de estudo, a presente investigação, através da análise de documentos legais relativos ao alinhamento do ordenamento do território com a gestão de incêndios rurais, almeja encontrar as melhores práticas a nível mundial que possam inspirar e ser aplicáveis ao caso português. A investigação identifica, deste modo, as principais características e diferenças dos sistemas de articulação entre instrumentos de gestão territorial e de gestão de incêndios rurais na Austrália, Chile, EUA e Canadá, mormente enfocando-se na dimensão exigida para as faixas de gestão de combustível em torno do edificado, e nos condicionamentos existentes à edificação em função da perigosidade de incêndio rural.

Na senda da articulação entre as políticas de ordenamento do território e as de gestão integrada de fogos rurais em Portugal, o presente estudo, partindo do conhecimento emanado da análise dos vários casos de estudo, formula oportunidades e recomendações de melhoramento que concorrem para o seu congruente alinhamento no *modus operandi* português.

Palavras-Chave: Ordenamento do Território, Prevenção, Incêndios Rurais, Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas:

Gonzalez-Mathiesen, C., Ruane, S., & March, A. (2021). Integrating wildfire risk management and spatial planning – A historical review of two Australian planning systems. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 53. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101984>

SESSÃO 13: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2

A Ética no Risco: Os Desafios da Sociedade de Risco

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Marta NESTOR

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Face ao presente e futuro contexto climático em mudança, o presente capítulo apresenta uma revisão crítica da obra *Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida* de Ulrich Beck, publicada em 2007 em alemão, traduzida para inglês em 2009 e para português em 2015, a qual constitui um referencial na base heurística e na discursiva hermenêutica do Risco.

Na opinião de Beck, a industrialização ultrapassou a sua lógica e os seus limites, conduzindo-se, hoje, para um processo de autodissolução, pelo que urge fazer emergir uma nova fase da modernização, mormente uma corresponsabilizadora reflexividade que possibilite gerir esta trajetória.

Neste momento de rutura, a modernização reflexiva abala as instituições fundamentais da sociedade industrial dos Estados-nação, verificando-se a transição de uma sociedade industrial nacional para uma sociedade global indeterminada e ambígua.

Beck afirma, igualmente, que a globalização quebra a base do Estado-Providência e o Contrato Social. Portanto, a crítica cultural tem-se alienado do exercício conceptual e necessário para a compreensão do Novo. Sendo cego e ingénuo no que diz respeito à realidade política, este ignora que existe de facto uma transformação da ordem mundial, assim como das regras e estruturas de poder que começam a ser renegociadas à luz da globalização.

A precariedade da certeza antropológica da Modernidade e o pavor social pela anti-Modernidade que esfuma as nossas dependências materiais e envia as nossas obrigações morais colocam o dilema do cosmopolitismo do risco na sociedade mundial em função dos riscos globais. Na obra, Beck relaciona os riscos globais com os conflitos na sociedade de risco mundial a três níveis, nomeadamente os conflitos em torno de riscos ecológicos, riscos financeiros globais e ameaça das redes terroristas. Os riscos ecológicos estão associados ao neoliberalismo, sendo, para Beck, responsabilidade da industrialização ocidental, os quais se repercutem a nível global, como é o caso dos impactos das alterações climáticas. Noutra plano, situam-se os riscos financeiros globais, fruto de uma matriz de irresponsabilidade organizada que conduz à eclosão das crises económicas, desemprego, exclusão e instabilidade social. Por outro lado, as atividades terroristas situam-se na esfera das catástrofes intencionais em que o cálculo da probabilidade inerente ao conceito de acidente deixa de ser aplicável.

Destarte, num contexto global tão polifacetado, a cooperação cosmopolita dos povos é, por um lado, a única e verdadeira via de reflexão dos desafios presentes e vindouros, mas é, por outro, a mais árdua de ser alcançada.

Palavras-Chave: Ética, Risco, Sociedade, Antropoceno, Cosmopolitismo

Consciência Para o Risco no Local de Residência dos Alunos do 9.º Ano de Escolaridade

Sílvia OLIVEIRA

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Margarida MARQUES

Colégio Pedro Arrupe, Portugal

Maria José ROXO

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A abordagem aos riscos no ensino básico é realizada no 9º ano de escolaridade, na disciplina de Geografia. O programa curricular desta disciplina explora de forma muito sucinta, as diferenças entre riscos naturais e riscos mistos, identificando-os e abordando as suas consequências e medidas de prevenção. Mediante esta abordagem, claramente insuficiente para uma temática de grande relevo, torna-se imperativo perceber o nível de consciencialização dos alunos para este assunto. O objetivo desta investigação é perceber de que forma os alunos do 9º ano de escolaridade estão consciencializados para os riscos existentes na sua área de residência. Com base nos resultados, pretende-se sugerir possíveis intervenções para promover a consciência para o risco em contexto escolar. Para atingir tal desiderato elaboramos uma revisão tradicional